



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

Convênio nº 001/2016

Procedimento Administrativo nº 2016.00.084.754

**ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE
ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
ESPIRITO SANTO E AS ENTIDADES
ABAIXO RELACIONADAS, PARA OS
FINS QUE ESPECIFICA.**

Pelo presente instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO**, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Annibal de Rezende Lima, com sede na Rua Desembargador Homero Mafra, 60, Enseada do Suá, Vitória-ES, inscrito no CNPJ sob nº 27.476.100/0001-45, neste ato denominado **TJES**, e as seguintes entidades, neste ato denominadas, **Colaboradores: SINDICATO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINOREG-ES**, inscrito no CNPJ sob nº 02.510.599/0001-39, com sede na Rua Carlos Moreira Lima, 81, Bento Ferreira, Vitória-ES, CEP: 29.050-653, neste ato representado por seu Presidente em exercício, Sr. Márcio Valory Silveira, CPF: 342.723.217-49, **ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – ANOREG-ES, inscrito no CNPJ sob nº 02.510.599/0001-39, com sede na Rua Carlos Moreira Lima, 81, Bento Ferreira, Vitória-ES, CEP: 29.050-653, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Helvécio Duia Castello, CPF: 317.786.237-00, **COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL - SEÇÃO ESPÍRITO SANTO – CNB-ES**, inscrito no CNPJ sob nº 16.615.618/0001-04, com sede na Rua Carlos Moreira Lima, 81, Bento Ferreira, Vitória-ES, CEP: 29.050-653, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Rodrigo Reis Cyrino, CPF: 055.152.767-60, **INSTITUTO DE ESTUDOS E PROTESTOS DE TÍTULOS DO BRASIL - SEÇÃO ESPÍRITO SANTO – IEPTB-ES**, inscrito no CNPJ sob nº 06.064.444/001-77, com sede na Praça Costa Pereira, 52, 1º andar, Centro, Vitória-ES, CEP: 29.010-080, neste ato representado por seu Presidente, Sr. João Dalmácio Castello Miguel, CPF: 014.555.087-72.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente ACORDO DE COOPERAÇÃO tem por finalidade a contratação e cessão, por parte dos colaboradores, de operadores para a atuação nos Projetos “Audiência de Custódia” e “Cidadania nos Presídios”.

DAS ATRIBUIÇÕES DOS COLABORADORES

CLÁUSULA SEGUNDA – Para consecução dos objetivos do presente termo de cooperação, são atribuições dos colaboradores:

- I. Contratar e ceder mão de obra de 20 (vinte) operadores, previamente selecionados pelo Tribunal de Justiça, por meio do Grupo de Monitoramento e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Fiscalização do Sistema Carcerário – GMF (Ato Normativo nº 123/2015, publicado no Diário da Justiça de 02 de julho de 2015), para os objetivos estabelecidos na cláusula primeira;

II. Substituir, a pedido do GMF, os operadores que não realizarem a contento as atividades que lhe foram atribuídas.

III. Encaminhar à Secretaria Geral do Tribunal de Justiça, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, a comprovação do pagamento mensal dos eventuais encargos sociais, fiscais e trabalhistas relativos aos operadores contratados.

DAS ATRIBUIÇÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CLÁUSULA TERCEIRA – Para consecução do objeto da presente avença, compete ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo:

I. Ceder espaço e disponibilizar estrutura necessários à execução dos serviços;

II. Fornecer Termo de Responsabilidade e Sigilo, em face do estabelecido pelas normas de Política de Segurança da Informação do Tribunal de Justiça para assinatura dos operadores contratados, cabendo a guarda do documento à coordenação do GMF;

III. Promover a capacitação e orientação necessárias à execução dos trabalhos, sob a supervisão do GMF;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

IV. Controlar, via GMF, a frequência dos contratados, providenciando o encaminhamento mensal dos relatórios aos colaboradores.

DA JORNADA DE TRABALHO

CLÁUSULA QUARTA – Os operadores contratados deverão ter jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, nos horários e dias estabelecidos pela coordenação dos projetos.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUINTA – Este acordo terá a vigência pelo prazo de 09 (nove) meses, a contar da data de 19 de fevereiro de 2016, podendo, havendo concordância das partes, ser prorrogado.

DAS DESPESAS

CLÁUSULA SEXTA – Todas as despesas decorrentes do presente acordo ficarão a cargo das entidades supramencionadas, sem quaisquer ônus para o TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA SÉTIMA - As controvérsias oriundas do presente acordo serão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

resolvidas administrativamente pelos partícipes.

E, por estarem assim, de pleno acordo, firmam a presente Cooperação em 8 (oito) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.

Vitória, 04 de Fevereiro de 2016.

Des. Annibal de Rezende Lima

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

Helvécio Duia Castello

Associação dos Notários e Registradores do Estado do Espírito Santo – ANOREG-ES

Márcio Valory Silveira

Sindicato dos Notários e Registradores do Estado do Espírito Santo – SINOREG-ES

Rodrigo Reis Cyrino

Colégio Notarial do Brasil – Seção Espírito Santo – CNB-ES

João Dalmácio Castello Miguel

Instituto de Estudos e Protestos de Títulos do Brasil – Seção Espírito Santo – IEPTB-ES

Testemunhas: